

Ata da AGNU

Às 14h, do dia 26 de outubro de 2023, na presença de 19 filiados que compareceram no Auditório do Ed. Sede da Receita Federal do Brasil, foi instalada a Assembleia Geral Nacional Unificada – AGNU dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, com a finalidade de discutir e deliberar os pontos de pauta constantes no Edital de Convocação. Após os informes, fizemos uma rápida Análise de Conjuntura, com destaque para a ADI 4616, os avanços nas negociações, os estágios e perspectivas positivas do trabalho ora sendo executado pelo Gabinete Especial composto para tratar especificamente da ADI 4616. Ainda neste item fizemos uma rápida discussão sobre o RI, ficando deliberada a construção de um grupo com membros que representem atividades específicas que estão sendo alteradas por força da nova proposta de RI da RFB. Na sequência, devido a clarificação e objetividade dos indicativos, as discussões se procederam de forma pacífica e num pouco espaço de tempo, não houve discussões tensas. Após a leitura de todos os indicativos o Delegado Sindical, Evaldo Rui Pereira Costa, apelou aos colegas presentes para que estimulasse seus colegas a comparecerem com mais regularidade as Assembleias, principalmente neste momento pelo que passamos e precisaremos do apoio de todos. Alertou também para que todos exercessem o seu direito de voto colaborando com o processo decisório dos indicativos apresentados, destacando a importância do atingimento do quórum necessário para a aprovação dos indicativos propostos, alertou para o prazo de início e término das votações. Em Assuntos Gerais foi deliberada, por votação a indicação da colega Priscila Maria Borges de Rezende, para participar na qualidade de Suplente do LXXXVI Reunião do CNRE, no período de 02 a 05/12/2023, em Brasília-DF. Ficou também aprovado o deslocamento da colega no dia 30/11/2023, com vista a participar da Reunião da Comissão de Mulheres. Nada mais foi dito, pelo que as 16h10 foi dada por encerrada a AGNU.

ASSINADO DIGITALMENTE
EVALDO RUI PEREIRA COSTA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Evaldo Rui Pereira Costa
Delegado Sindical da DS Vitória- ES



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários
| DS Vitória/ES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Data: 26/10/2023

Horário: 14h

Local: Auditório do Ed. Sede da RFB/ES.

O delegado sindical do Sindireceita em **VITÓRIA-ES**, Evaldo Rui Pereira Costa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, convoca os Analistas-Tributários filiados à referida DS, para comparecerem na **ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL UNIFICADA - AGNU**, a ser realizada no dia **26 de outubro de 2023 (quinta-feira)**, às **14h**, de forma presencial no **Auditório do Edifício Sede da Receita Federal do Brasil, sobreloja/1º andar**, na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.333, Ilha de Santa Maria, Vitória - ES, para discutir e deliberar sobre a pauta constante no edital da AGNU NACIONAL.

- 1. Estado permanente de Assembleia Geral Nacional Unificada;**
- 2. Mobilização em defesa do atendimento das reivindicações dos Servidores Públicos Federais; e**
- 3. Assuntos Gerais.**

Vitória-ES, 20 de outubro de 2023.



Evaldo Rui Pereira Costa
Delegado Sindical
DS Vitória-ES

LISTA DE PRESENÇA AGNU



Delegacia Sindical: Vitória - ES

Local da Assembleia: Audatório do Ed. Sede da RFB/ES Data: 26/10/2023

Nº de filiados ativos: 12 Nº de filiados aposentados: 07 Total de filiados presentes: 19

Marque um X aqui para identificar o filiado como ativo ou aposentado

Nº	Nome	Ativo	Apos.	CPF	Assinatura
01	Valdinete Ribeiro		X	797935097-91	<i>VRibeiro</i>
02	Celaine B. das B.		X	525534424-34	<i>celaine</i>
03	Josmar Góes	X		505.394.345-15	<i>Josmar</i>
04	EVALDO TUILEREIRA COSTA	X		304.289.842-15	<i>E Costa</i>
05	CLÁUDIO LUIZ P. SILVA	X		867.313.277-00	<i>claudio</i>
06	Eny Simões Bruno Fuzara	X		074.523.038-76	<i>eny</i>
07	OTÍLIO AUGUSTO DRUTZ JR.	X		705.138.807-04	<i>otilio</i>
08	ANTÔNIO COMEIRIO FILHO	X		659.029.987-00	<i>Antônio</i>
09	DANIEL COIMBRA SAUDADE	X		081.952.097-59	<i>Daniel</i>
10	José Augusto dos Santos	X		416.992.117-87	<i>José</i>
11	JULIANA FERREIRA		X	586.015.507-20	<i>Juliana</i>
12	José de Almeida		X	278546398-15	<i>José</i>
13	Armedio Barboza		X	087466217-68	<i>Armedio</i>
14	Priscila M. B. de Rezende		X	478.680.907-15	<i>Priscila</i>
15	Alceia Maria Silveira	X		451389.757-81	<i>Alceia</i>
16	Deleide J. Fantini		X	054332407-32	<i>Deleide</i>
17	MARCELO DA F. FUZZO	X		005.030.127-69	<i>Marcelo</i>
18	FABRÍCIO ERLATRONI CARDOSO	X		007.837.017-56	<i>Fabrizio</i>
19	MARCELO S. GONCALVES	X		031.483.847-33	<i>Marcelo</i>

Dados do responsável pelas informações
(Preenchimento Obrigatório)

Nome Completo: Evaldo Rui Pereira Costa

Documento de Identidade: 4.173.975-ES Assinatura: *[Assinatura]*

Avaliação de Conjuntura

AGNU de 25/10/2023 a 03/11/2023

A democracia representativa existente nos países ocidentais implica avanços e retrocessos em cada setor, a depender da administração eleita para determinado período. No Brasil, no governo anterior tanto por posições político ideológicas, quanto por situações adversas, como pandemia e baixo crescimento da economia, os servidores públicos tiveram perdas salariais significativas que precisam ser recuperadas, a fim de estancar a corrosão do poder aquisitivo.

O Governo atual chegou com uma nova posição sobre a manutenção do poder de compra dos servidores públicos, mas a perda a ser recuperada não é pequena. Nos quatro anos do governo anterior a inflação medida pelo IPCA/IBGE foi de 27,6%, nesse período não houve nenhum reajuste para a ampla maioria dos servidores do poder Executivo Federal.

Além disso, a conta tem que incluir também as perdas salariais acumuladas nos governos anteriores, que somadas às perdas mais recentes se transformam na prática em uma redução significativa do salário dos servidores públicos federais, na última década.

O próprio Governo, reconhecendo a enorme defasagem, negociou 9% de reajuste no primeiro semestre, com a promessa de criar uma Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), para negociação de pautas comuns ao conjunto todos os servidores federais e Mesas Setoriais, para tratar de questões específicas de cada cargo. Infelizmente após a instalação da Mesas de Negociação, não houve nenhum avanço nas conversas com servidores.

Em maio e junho aconteceram reuniões apenas para discussão do protocolo e das diretrizes de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Em 11 de julho a pauta unificada da mesa é protocolada. A proposta contém o reajuste salarial, a equiparação de benefícios entre o poder executivo e os demais poderes, o “revogação” das medidas que atacam os servidores e a instalação das mesas específicas para a reestruturação das carreiras.

Entre julho e setembro, aconteceram quatro reuniões da Mesa de Negociação, porém nenhum item da pauta de reivindicações foi atendido. Até hoje, o governo se recusa a revogar as medidas prejudiciais aos servidores federais criadas nas gestões anteriores. Além disso, o Governo não apresentou índice de reajuste salarial, informando apenas que há uma reserva técnica de R\$1,5 bilhão no orçamento de 2024, destinado ao reajuste geral. Tal valor seria suficiente para um reajuste geral inferior a 1%.

Das mais de 80 mesas específicas solicitadas pelas diversas categorias de servidores federais, apenas cinco foram instaladas até o dia 15 de setembro. Já são cinco meses em busca de diálogo com o governo federal e houve apenas discussões sobre o próprio protocolo da negociação e sobre o funcionamento das reuniões, sem entrar realmente nas pautas dos servidores propriamente ditas. Também é importante ressaltar que, mesmo nos casos em que não há nenhuma dependência de orçamento e nas pautas que não implicam gastos, não houve nenhum tipo de avanço.

Como agravante da situação aqui exposta, cabe assinalar que os direitos dos servidores públicos, bem como a condizente dignidade laboral na prestação de serviços públicos da mais alta relevância social, continuam terrivelmente ameaçados tanto por

iniciativas de membros do Poder Legislativo que buscam viabilizar a votação da PEC nº 32/2020, quanto pela atuação do próprio governo, o qual, através do Ministério da Gestão e Inovação, instalou a “Câmara Técnica de Transformação do Estado” em 16 de outubro de 2023

A DEN do Sindireceita acredita que não há como avançar na garantia de direitos, sem fortalecer as mobilizações e pressionar o governo. Por isso seguimos fortalecendo o diálogo com as categorias do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que organizou no último dia 7 de outubro uma plenária nacional. O encontro foi feito em conjunto com o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e Centrais Sindicais.

O evento contou com a participação de diversas entidades de base e teve como pauta a avaliação das últimas mobilizações e a organização das próximas iniciativas de luta dos servidores públicos por melhores condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos.

A necessidade de recrudescer a luta, diante da falta de celeridade e seriedade na condução da MNNP, por parte do governo, ficou evidente em diversas falas dos representantes sindicais. A partir da avaliação do cenário político e do debate acumulado, a Plenária Unificada indica:

- 07/11 - Plenária Nacional Unificada dos Servidores Públicos, presencial;
- 08/11 - Mobilização dos Servidores Públicos Federais em Brasília e nos estados: “Governo, queremos respostas às nossas reivindicações!”

O Fonasefe, enquanto Fórum que agrega diversas entidades não tem poder de deliberação sobre as adesões aos atos propostos na plenária, devendo cada categoria debater a adesão com sua base. Nesse sentido a DEN do Sindireceita indica a necessidade de fortalecer as mobilizações no dia 8 de novembro e construir mobilizações em todo o país para cobrar o atendimento às nossas reivindicações.

As reivindicações propostas para o dia 8 de novembro de 2023 são:

1. Recomposição Salarial das perdas acumuladas a partir de julho de 2010;
2. Equiparação entre os benefícios dos servidores do Executivo com os dos demais poderes;
3. Instalação em caráter de urgência das mesas setoriais;
4. Revogação Já! Revogação de todas as medidas provisórias, portarias e decretos que atacaram os servidores e o serviço público no último período; e
5. Arquivamento definitivo da PEC Nº 32/2020 e fim de outras medidas supressivas de direitos dos servidores, apresentadas como reforma administrativa

Além de propor a aprovação das mobilizações, a DEN propõe a renovação do Estado Permanente de AGNU, tanto para as questões referentes às negociações salariais, quanto para as eventuais necessidades nas demais urgências que ainda rondam o cargo de Analista-Tributário.



Assembleia Geral Nacional Unificada
AGNU 25 de outubro a 3 de novembro de 2023

Data e Horário da Assembleia: _____

Delegacia Sindical: _____

Nº de filiados ativos presentes: _____

Nº de filiados aposentados presentes: _____

Total de filiados presentes: _____

Observações:

1) As Assembleias deverão ocorrer, obrigatoriamente, entre os dias **25 a 30 de outubro de 2023**. A votação dos filiados deve ser realizada com o registro dos votos no sistema eletrônico de votação do Sindireceita, das **8h do dia 31/10/2023 às 23h59 do dia 3/11/2023**. A Diretoria Executiva Nacional disponibilizará tutorial sobre o Sistema Eletrônico de Votações.

2) Recomenda-se aos filiados a votação após participação nas Assembleias e debates da Avaliação de Conjuntura, a partir da leitura do material de trabalho, anexo. Desta forma, todos terão amplo conhecimento dos assuntos a serem deliberados. As informações estratégicas devem ser transmitidas aos filiados pelos Delegados Sindicais, com os devidos cuidados para que fiquem restritos à categoria. Os diretores da Diretoria Executiva Nacional também devem ficar à disposição das Delegacias Sindicais para participação em suas assembleias.

3) A convocação complementar e realização de AGNU pelos Delegados Sindicais é obrigatória (§§ 5º e 11 do artigo 31 do Estatuto). A não realização pela Delegacia Sindical de duas AGNU consecutivas implicará na aplicação de sanções nos termos do § 14 do artigo 31 do Estatuto.

INDICATIVO 1

REGIME PERMANENTE DE ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL UNIFICADA

Os Analistas-Tributários aprovam o estado permanente de Assembleia Geral Nacional Unificada. O regime de Assembleia Permanente se justifica pela eventual necessidade de convocação de AGNU imediata, face à possibilidade de apresentação de proposta de negociação em Mesa Nacional ou Mesa Setorial.

O Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) e a Diretoria Executiva Nacional (DEN) orientam pela votação no Item 1.1.

1.1 – A favor: _____ votos

1.2 – Contra: _____ votos

1.3 – Abstenção: _____ votos

INDICATIVO 2

MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DO ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Neste indicativo os Analistas-Tributários deverão deliberar sobre a adesão à mobilização proposta pela Plenária Nacional do FONASEFE, em conjunto com as demais entidades representativas de servidores públicos federais, para a continuidade das negociações em defesa dos itens abaixo:

1. Recomposição Salarial das perdas acumuladas a partir de Julho de 2010;
2. Equiparação entre os benefícios dos servidores do Executivo com os dos demais poderes;
3. Instalação em caráter de urgência das mesas setoriais;
4. Revogação Já! Revogação de todas as medidas provisórias, portarias e decretos que atacaram os servidores e o serviço público no último período; e
5. Arquivamento definitivo da PEC Nro 32/2020 e fim de outras medidas supressivas de direitos dos servidores, apresentadas como reforma administrativa.

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) orientam pela votação no Item 1.1.

1.1 – A favor: _____ votos

1.2 – Contra: _____ votos

1.3 – Abstenção: _____ votos